INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS ACADÊMICAS NO SUL GLOBAL

Maria Eduarda Alves Andrade[1]
José Jassuípe da Silva Morais[2]

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização entrou nas agendas das universidades como parte da política educacional e da política científica. Ela reúne a cooperação entre grupos de pesquisa, a mobilidade de estudantes e docentes e a participação em redes de produção de conhecimento (KNIGHT; DE WIT, 2018). Knight (2004) a define como o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global às finalidades e às funções do ensino superior.

Esse movimento acontece em um sistema científico desigual. Os países centrais concentram financiamento, infraestrutura e visibilidade, e as universidades do Sul Global costumam entrar nas redes pela periferia, reproduzindo padrões definidos no Norte (ALTBACH; REISBERG; RUMBLEY, 2009; MORAIS et al., 2025). No Brasil, a pesquisa sobre o tema é recente, fragmentada e circula sobretudo em periódicos nacionais (SÁNCHEZ TARRAGÓ; SANTOS; BUFREM, 2018). A mobilidade física é cara, o inglês domina a comunicação científica e a infraestrutura varia muito de uma instituição para outra.

A inteligência artificial (IA) entrou nessa discussão com uma aposta: tradutores, revisores de texto e plataformas de colaboração baratearam a participação em redes internacionais, e quem tem pouco orçamento poderia colaborar sem viajar. A literatura crítica responde que essas ferramentas dependem de infraestrutura, dados e modelos que estão no Norte e que podem aprofundar a dependência do Sul (RICAURTE, 2019; ZEMBYLAS, 2023). O debate dialoga ainda com o ODS 17 da Agenda 2030, que trata de parcerias globais, e que no ensino superior se traduz em redes acadêmicas colaborativas e em cooperação científica em bases mais equitativas.

As instituições já estão decidindo se e como adotar IA, e pouco se sistematizou sobre o que essa adoção resolve e o que ela agrava. Perguntamos, então, em que medida e

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), eduarda24andrade@gmail.com.
[2]Professor orientador: Doutor e Pós-Doutor, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), jassuipe@hotmail.com.

sob quais condições a IA pode reduzir as assimetrias acadêmicas da internacionalização no Sul Global. O objetivo geral é analisar o potencial e os limites da IA como estratégia para isso. Os objetivos específicos são identificar, em estudos e documentos recentes, as barreiras linguísticas, financeiras e de infraestrutura que afetam o Sul Global; examinar o que a IA faz sobre cada uma delas; e discutir que condições de governança decidem o resultado.

Fizemos uma pesquisa qualitativa e exploratória, bibliográfica e documental, com análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 2016) de treze documentos. A IA reduz com clareza o custo da língua, mas o efeito medido até agora é pequeno e a tecnologia traz riscos próprios, como detectores de texto que erram mais com autores não nativos. Sobre custos e infraestrutura, o efeito é parcial. Sobre a dependência tecnológica, o resultado depende de financiamento, de formação e de regras para o uso de dados. Defendemos que a IA pode ajudar a reduzir assimetrias quando essas condições existem, e que sem elas tende a reproduzi-las.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza da pesquisa

A pesquisa é qualitativa, exploratória e interpretativa, de caráter bibliográfico e documental. A escolha se deve ao objeto, que é recente, e ao objetivo, que é entender condições e limites e não medir o efeito causal de uma ferramenta específica.

2.2 Corpus de análise

O corpus reúne treze documentos de acesso público, escolhidos por três critérios: tratar do cruzamento entre internacionalização, Sul Global, língua e IA; trazer dado, evidência empírica ou argumento normativo que possa ser conferido; e ter sido publicado entre 2018 e 2025. O Quadro 1 lista os documentos e as categorias a que cada um contribui.

Quadro 1 – Corpus de análise e categorias

Documento	Tipo	Categorias
Morais et al. (2025)	Artigo (ecologia organizacional)	B, C e D
Amano et al. (2023)	Estudo empírico (cerca de 900 cientistas)	A
Liang et al. (2023)	Estudo experimental (detectores de IA)	A e C
Filimonovic et al. (2025)	Preprint (5,65 milhões de artigos)	A

Documento	Tipo	Categorias
NLLB Team (2024)	Artigo técnico (tradução automática)	A
Miao e Holmes (2023)	Documento da UNESCO	C
UNESCO (2021)	Recomendação normativa	C
Zembylas (2023)	Artigo teórico	C
Ricaurte (2019)	Artigo teórico	C
Plano Brasileiro de IA (TELETIME, 2024)	Documento de política, via imprensa especializada	B e C
Sánchez Tarragó, Santos e Bufrem (2018)	Estudo bibliométrico (146 registros)	E
Muamununga e Felicetti (2025)	Revisão de literatura (20 artigos)	E
Leal e Moraes (2025)	Artigo sobre política brasileira recente	E

Fonte: elaboração própria (2026). Categorias: A = barreiras linguísticas; B = custos, infraestrutura e financiamento; C = dependência tecnológica e governança; D = gênero e inclusão; E = contexto brasileiro e cooperação Sul-Sul.

2.3 Procedimentos de análise

Seguimos as três fases de Bardin (2016). Na pré-análise, fizemos a leitura flutuante e fechamos o corpus. Na exploração do material, tomamos como unidades de registro os trechos com dado, achado ou argumento sobre barreiras, potencial ou risco da IA. As categorias vieram do modelo de Morais et al. (2025) e do debate crítico sobre IA, e foram cinco: (A) barreiras linguísticas; (B) custos, infraestrutura e financiamento; (C) dependência tecnológica e governança; (D) gênero e inclusão; (E) contexto brasileiro e cooperação Sul-Sul. Por fim, confrontamos os achados de cada categoria com o referencial. Os números foram transcritos das fontes sem alteração. A exceção são os percentuais do Plano Brasileiro de IA, que calculamos a partir dos valores publicados.

2.4 Aspectos éticos e limites do método

A pesquisa usa informações de acesso público e não envolve participantes, o que dispensa apreciação por comitê de ética (BRASIL, 2016). As figuras foram feitas por nós com dados das fontes citadas, sem imagens de terceiros. O método tem limites claros. A seleção do corpus é intencional e não sistemática, os dados são secundários, o estudo de Filimonovic et al. (2025) é um preprint sem revisão por pares, e os valores do Plano Brasileiro de IA vêm de reportagem sobre a proposta apresentada ao governo e não do texto oficial. Do artigo de Leal e Moraes (2025), lemos apenas o resumo.

2.5 Critérios de inferência

Para que se saiba como chegamos às avaliações do Quadro 2, definimos o potencial da IA como alto quando a barreira é operacional, tem custo mensurável nas fontes e há função tecnológica diretamente aplicável. Será médio quando o efeito da IA é indireto e depende de condições externas, como infraestrutura. Será ambivalente quando o corpus traz evidência de benefício e de risco ao mesmo tempo, e não demonstrado quando as fontes mostram o problema mas não o efeito da IA sobre ele. Esses critérios são nossos e, portanto, interpretativos. Outros pesquisadores podem discordar deles a partir dos mesmos dados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Internacionalização, centros e periferias

Altbach e Knight (2007) discutem as motivações e as realidades da internacionalização e mostram que ela não ocorre em terreno neutro. Altbach, Reisberg e Rumbley (2009) descrevem um sistema com centros que concentram prestígio e recursos e periferias que dependem deles. Knight e De Wit (2018) revisitam o passado e o futuro do campo, e De Wit (2020) defende uma abordagem mais ética e qualitativa, que não reduza a internacionalização a indicadores de mobilidade e de ranking. Morosini e Nascimento (2017), ao mapear teses e dissertações brasileiras de 2011 a 2014, encontraram um conceito complexo e ambíguo e defendem que a internacionalização seja tratada como meio, e não como fim.

Knight (2004) lembra que a internacionalização tem racionalidades distintas, acadêmicas, econômicas, políticas e socioculturais. Quando a econômica e a busca por prestígio dominam, os indicadores de mobilidade e de posição em rankings passam a pesar mais, e eles favorecem quem já tem recursos. Assim a assimetria se reproduz até em políticas bem-intencionadas. Por isso perguntamos sobre a IA também em termos de quem decide e de quem se beneficia.

3.2 Ecologia organizacional e a etapa de tecnologia disruptiva

Morais et al. (2025) analisam a internacionalização das universidades do Sul Global pela ecologia organizacional, que trata as instituições como organismos em disputa por nichos, sob pressão por legitimidade e sobrevivência. Os autores mapeiam os desafios dessas universidades em uma rede em que dependência econômica, infraestrutura, tecnologia, inovação e capacidades institucionais aparecem como centrais.

O modelo prevê uma etapa de tecnologia disruptiva e inovação, na qual ferramentas como a IA ganham peso estratégico.

Na leitura em rede, um desafio central se liga a muitos outros, e enfrentá-lo produz efeitos em cadeia. Um desafio periférico fica isolado e tende a ser tratado como secundário. Os desafios de gênero e inclusão aparecem no estudo com centralidade de autovetor de 0,04, ou seja, quase desconectados do resto. Esse dado serve de ponto de partida para a categoria D e para a pergunta sobre por que a adoção de IA tende a seguir os desafios mais conectados, como infraestrutura e financiamento.

3.3 Internacionalização em casa

Beelen e Jones (2015) propõem a internacionalização em casa (*internationalization at home*) como a integração intencional de dimensões internacionais e interculturais ao currículo e ao ambiente de aprendizagem do próprio campus. Ela inclui parcerias virtuais, currículos globais e competências interculturais, e responde às limitações financeiras e geográficas da mobilidade. Não a substitui, já que a mobilidade tem um valor cultural e humano que nada repõe, mas amplia o número de pessoas com acesso a alguma experiência internacional.

Um exemplo são as turmas de países diferentes que trabalham juntas on-line. Elas dependem de uma língua comum que nem todos dominam, e a tradução e a revisão assistidas por IA podem reduzir esse obstáculo. O ganho só existe se os dois lados tiverem equipamentos, conexão e formação equivalentes, o que raramente acontece entre Norte e Sul.

3.4 IA, colonialidade de dados e soberania

A literatura crítica examina o que a IA faz com as relações de poder no conhecimento. Zembylas (2023) discute o neocolonialismo digital na IA aplicada ao ensino superior e propõe estratégias para enfrentá-lo. Ricaurte (2019) mostra como a coleta e o uso de dados podem reproduzir hierarquias entre regiões. Selwyn (2019) questiona o lugar da IA na educação e alerta para os efeitos da datificação sobre a autonomia pedagógica.

No plano normativo, a UNESCO adotou em novembro de 2021, com seus 193 Estados-membros, a Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial (UNESCO, 2021). Miao e Holmes (2023) orientam a regulação da IA generativa na educação e na pesquisa, apontam riscos como a ampliação da pobreza digital e a homogeneização de

opiniões e recomendam proteção de dados e uma abordagem centrada no ser humano. Neste trabalho, soberania digital acadêmica significa a capacidade de uma instituição decidir sobre seus dados, sua infraestrutura e o modo como usa a IA, sem depender só de fornecedores externos.

3.5 Hipóteses de trabalho

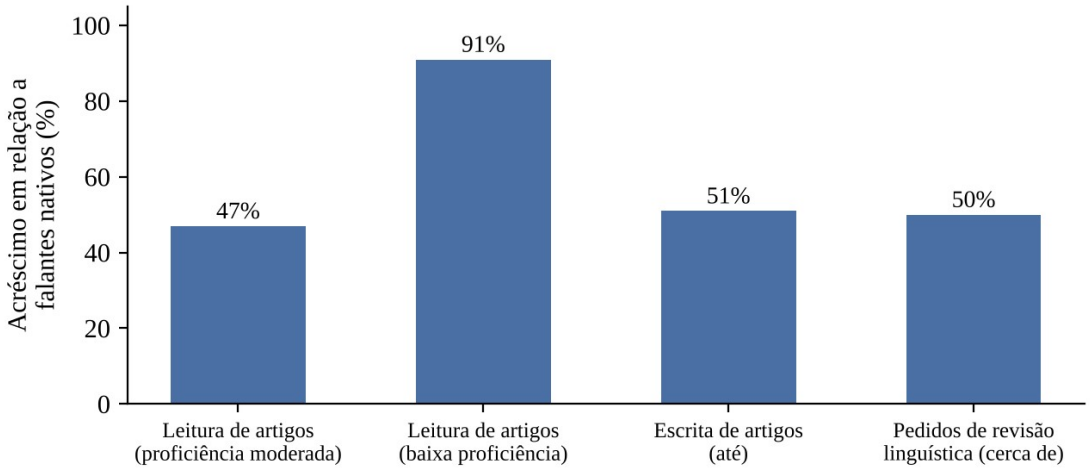
Do referencial saem três hipóteses, que depois confrontamos com os resultados. A primeira (H1) é que, diante de barreiras operacionais como a língua, a IA tem potencial alto, ainda que o efeito observado seja pequeno e venha acompanhado de riscos. A segunda (H2) é que, diante de barreiras estruturais como financiamento e infraestrutura, a IA reduz custos apenas em parte e pode deslocá-los. A terceira (H3) é que, quanto à dependência tecnológica, o benefício da IA fica condicionado à governança, e sem regras de dados, formação e avaliação de vieses ela reproduz a assimetria que se quer reduzir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Barreiras linguísticas (categoria A)

A língua é a barreira mais bem documentada. Amano et al. (2023) consultaram mais de 900 cientistas ambientais de oito países. Em comparação com falantes nativos de inglês, os de países com proficiência moderada gastaram 47% mais tempo para ler artigos, e os de baixa proficiência, 91% mais. Na escrita, o acréscimo chegou a 51%, e a busca por revisão linguística foi cerca de 50% mais frequente. Esses pesquisadores tiveram quase três vezes mais chance de ver um artigo rejeitado por motivos de idioma e mais de doze vezes mais chance de receber pedido de reescrita (Fig. 1). Três em cada dez pesquisadores em início de carreira, do Japão e da Espanha, disseram evitar de modo habitual as conferências em inglês. A barreira, portanto, pesa também na decisão de participar.

Fig. 1 – Acréscimo de tempo e de esforço de pesquisadores não nativos em inglês



Fonte: elaboração própria (2026), com dados de Amano et al. (2023).

Há indícios de que a IA atua sobre esse custo. O modelo de tradução do NLLB Team (2024) cobre 200 idiomas, muitos deles de poucos recursos, e melhorou em média 44% a qualidade medida por BLEU em relação aos sistemas anteriores. Filimonovic et al. (2025) analisaram 5,65 milhões de artigos em inglês indexados na Scopus entre 2021 e 2024, todos com ao menos um autor de país não anglófono. Cerca de 6% das observações foram classificadas como assistidas por IA generativa, e a similaridade linguística com um corpus de referência de autores dos Estados Unidos subiu 0,15% em 2023 e 0,4% em 2024. O efeito foi maior em equipes sem coautor de país de língua inglesa, em países linguisticamente distantes do inglês e em periódicos de menor impacto.

Esses números pedem leitura cuidadosa. O efeito é pequeno, e os próprios autores observam que a similaridade média já passa de 0,8. O estudo é observacional e identifica a IA por termos no texto, sem validação do artigo inteiro. A amostra é composta por Ásia (59%), Europa (32%), Américas (5%) e África (4%), o que limita a conclusão para o Brasil e a América Latina. E o que se mede é convergência de estilo, não aceitação de artigos nem visibilidade. A IA funciona como equalizador linguístico, mas em escala modesta e pouco estudada no contexto brasileiro.

A tecnologia cria também um problema novo. Liang et al. (2023) testaram sete detectores de texto gerado por IA com 91 redações de candidatos ao TOEFL. Em média, os detectores marcaram 61,22% das redações de falantes não nativos como produzidas por IA, e 18 delas foram apontadas por todos os detectores. Os instrumentos que instituições e

periódicos usam para controlar o uso de IA podem, portanto, punir justamente quem mais precisa de apoio linguístico.

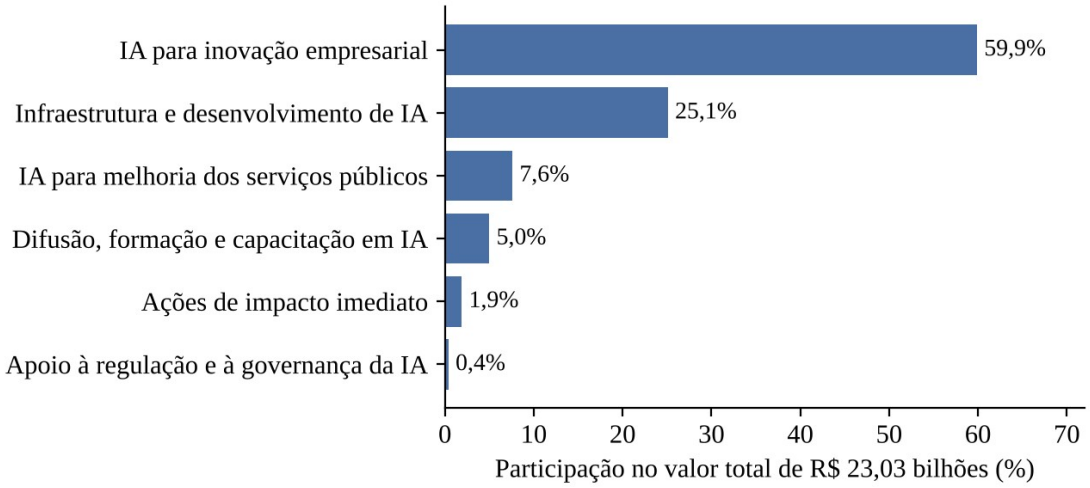
A língua exibe assim uma tensão de governança. A IA reduz o custo de ler e escrever em outro idioma, e a desconfiança contra o seu uso pode gerar regras de avaliação que punem esse apoio. Miao e Holmes (2023) recomendam uma abordagem centrada no ser humano, e ela vale aqui. O que se deve avaliar é a qualidade e a autoria do trabalho, com regras claras sobre o uso declarado de ferramentas, e não um palpite sobre se o texto passou por IA.

4.2 Custos, infraestrutura e financiamento (categoria B)

Morais et al. (2025) colocam a dependência econômica e a infraestrutura entre os desafios centrais das universidades do Sul Global. A aposta da IA e da internacionalização em casa é reduzir a dependência da mobilidade física, que é cara (BEELEN; JONES, 2015). Colaboração virtual, tradução e plataformas digitais baixam o custo de participar de uma rede.

Essa economia, porém, não elimina a necessidade de conexão, equipamentos, licenças e equipe técnica. O gasto pode migrar da passagem para a assinatura, e a IA passa a exigir justamente a infraestrutura que as instituições do Sul dizem faltar. O Plano Brasileiro de IA, apresentado em julho de 2024 com valor total de R$ 23,03 bilhões, mostra como a política pública distribui suas prioridades (TELETIME, 2024). Conforme a Fig. 2, 59,9% dos recursos vão para IA em inovação empresarial e 25,1% para infraestrutura e desenvolvimento de IA. Difusão, formação e capacitação somam 5,0%, e o apoio ao processo regulatório e à governança, 0,4%.

Fig. 2 – Distribuição dos recursos do Plano Brasileiro de IA por eixo (%)



Fonte: elaboração própria (2026), com dados de TELETIME (2024). Percentuais arredondados.

A fonte consultada não discrimina valores para a internacionalização universitária, e não dá para saber quanto chegará às universidades. O dado permite apenas uma inferência cautelosa: a ênfase recai sobre inovação empresarial e infraestrutura, e a formação e a governança ficam com fatias pequenas. Se a lógica se repetir nas instituições, a adoção de IA tenderá a priorizar equipamentos e ferramentas, em detrimento da formação e das regras de uso, que são o que define se ela reduz ou reproduz assimetrias.

Existe ainda uma assimetria dentro do próprio Sul. Instituições com mais infraestrutura, equipes técnicas e dinheiro para licenças aproveitam os ganhos da IA mais cedo, e a distância para as menores ou mais afastadas dos grandes centros pode crescer. Isso é interpretação nossa, e não dado do corpus. Programas de apoio dirigidos às instituições com menos recursos, combinando IA e internacionalização em casa, são uma forma de enfrentar esse risco.

4.3 Dependência tecnológica e governança (categoria C)

Zembylas (2023) e Ricaurte (2019) concordam que a IA não é neutra, porque modelos, dados e infraestrutura concentrados em poucos centros podem reproduzir a hierarquia que se queria reduzir. Selwyn (2019) soma o risco da datificação, em que algoritmos proprietários passam a condicionar decisões pedagógicas. Miao e Holmes (2023) apontam o aumento da pobreza digital e a homogeneização de opiniões, o que pode apagar saberes locais quando os modelos refletem sobretudo o conhecimento do Norte.

O caso dos detectores (LIANG et al., 2023) mostra o mecanismo em funcionamento: uma ferramenta desenhada sem atenção à diversidade linguística produz um viés sistemático contra falantes não nativos. No plano normativo, a Recomendação da UNESCO (2021) e as orientações de Miao e Holmes (2023) fixam princípios de proteção de dados e de supervisão humana. O Plano Brasileiro de IA destina à governança a menor fatia dos recursos, 0,4%. Entre o que as normas pedem e o que se financia há uma distância, e ela pesa sobre a soberania digital acadêmica.

Que caminhos reduziriam essa dependência? Sugerimos, para testar, o uso de modelos abertos e de infraestrutura compartilhada entre universidades, a cooperação Sul-Sul para desenvolver e avaliar ferramentas em português e em espanhol e a exigência de cláusulas de proteção de dados nos contratos com fornecedores. Nenhuma basta sozinha. Todas levam a decisão para dentro das instituições, que é o sentido de soberania adotado aqui.

4.4 Gênero e inclusão (categoria D)

A rede de Morais et al. (2025) coloca gênero e inclusão na periferia, com centralidade de 0,04. A nossa hipótese, que não vem do corpus, é que uma adoção de IA guiada por tecnologia e financiamento não incorporará a equidade sem política explícita. O caso dos detectores reforça a suspeita, já que ferramentas aparentemente neutras podem carregar vieses que atingem grupos específicos. Se a IA deve contribuir para uma internacionalização mais equitativa, a adoção precisa de indicadores de equidade e de avaliação de vieses. A agenda é pouco explorada e merece pesquisa própria.

4.5 Contexto brasileiro e cooperação Sul-Sul (categoria E)

Sánchez Tarragó, Santos e Bufrem (2018) analisaram 146 registros de quatro bases (Scopus, Web of Science, SciELO e Redalyc) e concluíram que a comunidade brasileira que pesquisa internacionalização era incipiente e fragmentada, com pouca cooperação internacional e publicação concentrada em fontes nacionais. É um retrato de 2018 e não deve ser lido como atual. Ele indica, contudo, que parte do problema brasileiro é o isolamento e não só a língua. A tradução assistida por IA pode ajudar o que se produz aqui a circular para fora, mas não cria parcerias.

Muamununga e Felicetti (2025) revisaram 20 artigos de periódicos brasileiros e angolanos e concluem que faltam, no Brasil, políticas institucionais eficientes e estratégias organizacionais, e defendem cooperação internacional equitativa e inclusão

social. O trabalho aproxima dois países do Sul, o que importa para a cooperação Sul-Sul, e sugere que a IA chegará a instituições que ainda não têm política de internacionalização estruturada.

Leal e Moraes (2025) analisam o programa Networks for Institutional Internationalization (CAPES-Global.Edu), lançado em julho de 2025, e perguntam se ele inaugura um novo paradigma para a internacionalização brasileira. Como lemos só o resumo, não discutimos o conteúdo do programa. A existência de uma estratégia federal recente indica, porém, que o momento é propício para pedir que as condições discutidas aqui, de formação, governança de dados e avaliação de vieses, entrem no desenho das políticas desde o início.

4.6 Síntese e confronto com as hipóteses

Quadro 2 – Síntese dos resultados por categoria

Categoria	Evidência principal	Potencial da IA	Limite ou risco
A. Barreiras linguísticas	47% a 91% mais tempo de leitura e até 51% na escrita (AMANO et al., 2023); efeito de IA de 0,4% em 2024 (FILIMONOVIC et al., 2025)	Alto, com efeito ainda pequeno	Detectores marcaram 61,22% das redações de não nativos (LIANG et al., 2023)
B. Custos, infraestrutura e financiamento	Dependência econômica e infraestrutura centrais (MORAIS et al., 2025); 5,0% do plano para formação (TELETIME, 2024)	Médio	Exige conexão, equipamentos e licenças
C. Dependência e governança	Neocolonialismo digital (ZEMBYLAS, 2023); governança com 0,4% do plano (TELETIME, 2024)	Ambivalente	Ferramentas e dados concentrados no Norte reproduzem a assimetria
D. Gênero e inclusão	Centralidade de 0,04 (MORAIS et al., 2025)	Não demonstrado	Hipótese: a equidade fica de fora sem política explícita
E. Contexto brasileiro	Pesquisa fragmentada e publicação nacional (SÁNCHEZ TARRAGÓ; SANTOS; BUFREM, 2018); falta de políticas (MUAMUNUNGA; FELICETTI, 2025)	Não demonstrado	A IA ajuda a circular, mas não cria parcerias

Fonte: elaboração própria (2026), com base no corpus analisado.

Frente às hipóteses, H1 se confirma em parte. O potencial da IA sobre a língua é alto, mas o efeito medido é pequeno (0,4% em 2024) e há riscos, como o viés dos detectores (61,22%). H2 se confirma com ressalva, porque a evidência é indireta: o corpus mostra a centralidade dos desafios de financiamento e infraestrutura e a distribuição dos

recursos do plano, mas não mede o custo que a IA evita. H3 é compatível com os achados, embora se apoie sobretudo em literatura teórica e normativa e em um único caso de política. A conclusão é menos otimista que a ideia inicial da pesquisa.

4.7 Implicações para a política de internacionalização

Traduzimos as condições levantadas em indicadores que uma instituição ou um programa de pós-graduação possa acompanhar. O Quadro 3 associa cada condição a um indicador e a uma pergunta. São sugestões nossas para discussão, e não metas validadas.

Quadro 3 – Condições e indicadores sugeridos para acompanhar o uso de IA

Condição	Indicador sugerido	Pergunta que responde
Infraestrutura e financiamento	Parcela do orçamento de IA destinada a conexão e equipamentos	A ferramenta chega a quem precisa dela?
Formação crítica	Horas de formação em IA por docente, estudante e técnico	Quem sabe usar e questionar a ferramenta?
Governança de dados	Existência de política institucional de dados e de uso de IA	Quem controla os dados e as decisões?
Avaliação de vieses	Auditoria das ferramentas antes da adoção, inclusive detectores	A ferramenta penaliza algum grupo?
Equidade de gênero e inclusão	Participação por gênero e por perfil nas ações com IA	Quem se beneficia e quem fica de fora?

Fonte: elaboração própria (2026), a partir dos resultados da análise.

A primeira implicação é que a IA não substitui financiamento. No Plano Brasileiro de IA a maior parte dos recursos vai para inovação empresarial e infraestrutura, e a formação e a governança ficam com pouco (TELETIME, 2024). Quem quiser usar a IA para reduzir assimetrias precisará defender, nos planos institucionais, que a adoção venha com formação e com regras de uso.

A segunda é que a internacionalização em casa e a IA se reforçam quando a segunda serve à primeira. Se a tradução e a revisão assistidas por IA entram em currículos e projetos colaborativos, o ganho alcança estudantes que nunca teriam mobilidade (BEELEN; JONES, 2015). Se a IA entra como produto isolado, o ganho tende a ficar com quem já tem acesso.

A terceira é rever a avaliação científica. Periódicos e instituições que usam detectores com viés contra falantes não nativos (LIANG et al., 2023) podem prejudicar a internacionalização com instrumentos criados para proteger a integridade. Miao e Holmes (2023) indicam o caminho das regras transparentes e da supervisão humana. A quarta é

incluir gênero e inclusão desde o desenho das políticas, porque a posição periférica desses temas na rede de desafios (MORAIS et al., 2025) sugere que eles não entrarão sozinhos.

4.8 Leitura crítica dos próprios resultados

O próprio corpus merece ressalva. A maior parte das fontes foi publicada em inglês, em periódicos e instituições do Norte, e só uma parcela trata do contexto brasileiro. Analisamos assimetrias, em boa medida, com materiais produzidos dentro do sistema assimétrico que criticamos. A limitação não foi resolvida. Ela decorre da própria distribuição da produção científica, e estudos futuros precisam ampliar as fontes em português e em espanhol.

Há também risco de viés de confirmação, já que partimos da expectativa de que a IA poderia ajudar. Para reduzi-lo, incluímos fontes críticas (ZEMBYLAS, 2023; RICAURTE, 2019; LIANG et al., 2023) e submetemos os resultados a hipóteses que podiam ser refutadas. A seleção intencional não elimina o risco, e os resultados são exploratórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos o potencial e os limites da IA como estratégia para reduzir as assimetrias acadêmicas da internacionalização no Sul Global. O efeito depende do tipo de barreira. Sobre a língua, que é operacional e mensurável, o potencial é alto. Os 47% a 91% de tempo extra de leitura documentados por Amano et al. (2023) são o tipo de custo que tradução e revisão automáticas podem reduzir, embora o efeito medido até agora seja de 0,4% em 2024 (FILIMONOVIC et al., 2025). Sobre custos e infraestrutura, o potencial é médio. Sobre dependência e governança, o efeito é ambivalente e depende de decisões políticas.

A ideia de que a IA reduz assimetrias só se sustenta, portanto, sob condições. Ela ajuda onde a barreira é operacional e ajuda menos onde é estrutural, como no financiamento e na governança, e pode criar barreiras novas, como mostram os detectores que marcaram 61,22% das redações de não nativos (LIANG et al., 2023). Esse resultado corrige a expectativa inicial da pesquisa, que via a IA sobretudo como instrumento de democratização.

O corpus tem treze documentos escolhidos por nós, os dados são secundários, parte da evidência vem de um preprint e de uma única área científica (ciências ambientais), a amostra de Filimonovic et al. (2025) sub-representa América Latina e

África, e o Plano Brasileiro de IA foi lido por reportagem. Não medimos o efeito da IA em nenhuma instituição brasileira, e o que dissemos sobre gênero e inclusão continua sendo hipótese. Estudos futuros podem coletar dados em universidades brasileiras para saber que ferramentas de IA já são usadas na internacionalização e quem as controla, que efeito isso tem sobre pesquisadores com menos recursos e sobre grupos sub-representados, e que regras de governança de dados existem e são cumpridas.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior, Políticas educacionais, Financiamento da educação, Inteligência artificial, Cooperação acadêmica internacional.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007. DOI: 10.1177/1028315307303542.

ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. *Trends in global higher education*: tracking an academic revolution. Paris: UNESCO, 2009.

AMANO, Tatsuya et al. The manifold costs of being a non-native English speaker in science. *PLOS Biology*, e3002184, 2023. DOI: 10.1371/journal.pbio.3002184.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. Redefining internationalization at home. In: CURAJ, Adrian et al. (org.). *The European Higher Education Area*: between critical reflections and future policies. Cham: Springer, 2015. p. 59-72. DOI: 10.1007/978-3-319-20877-0_5.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Brasília, DF: CNS, 2016.

DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: the need for a more ethical and qualitative approach. *Journal of International Students*, v. 10, n. 1, p. i-iv, 2020. DOI: 10.32674/jis.v10i1.1893.

FILIMONOVIC, Dragan et al. *Generative AI as a linguistic equalizer in global science*. arXiv:2511.11687, 2025. Preprint.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. DOI: 10.1177/1028315303260832.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: past and future. *International Higher Education*, n. 95, p. 2-4, 2018.

LEAL, Fernanda; MORAES, Mário César Barreto. A new paradigm for higher education internationalization in Brazil? *International Higher Education*, n. 125, 2025. DOI: 10.6017/ihe.2025.125.21013.

LIANG, Weixin et al. GPT detectors are biased against non-native English writers. *Patterns*, 2023. DOI: 10.1016/j.patter.2023.100779.

MIAO, Fengchun; HOLMES, Wayne. *Guidance for generative AI in education and research*. Paris: UNESCO, 2023.

MORAIS, José Jassuipe da Silva; COSTA, Priscila Rezende da; ARANTES, Camila Naves; MARSON, Celise. Internationalization of Global South Universities (GSU) and global challenges from the perspective of organizational ecology. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1-41, e28096, set./dez. 2025. DOI: 10.5585/2025.28096.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, e155071, 2017. DOI: 10.1590/0102-4698155071.

MUAMUNUNGA, Aleixo Castigo; FELICETTI, Vera Lucia. Internacionalização da educação superior no Brasil e Angola: uma revisão de literatura. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 25, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: 10.14210/CONTRAPONTOS.V25N1.P1-16.

NLLB TEAM. Scaling neural machine translation to 200 languages. *Nature*, 2024. DOI: 10.1038/s41586-024-07335-x.

RICAURTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. *Television & New Media*, v. 20, n. 4, p. 350-365, 2019.

SÁNCHEZ TARRAGÓ, Nancy; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; BUFREM, Leilah Santiago. Análise e visualização do domínio Internacionalização da Educação Superior no Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. esp. 6, p. 193-215, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245240.193-215.

SELWYN, Neil. *Should robots replace teachers?* AI and the future of education. Cambridge: Polity Press, 2019.

TELETIME. Plano de inteligência artificial prevê R$ 23 bi para a tecnologia no Brasil. *Teletime*, 30 jul. 2024. Disponível em: https://teletime.com.br/30/07/2024/plano-de-inteligencia-artificial-preve-r-23-bi-para-a-tecnologia-no-brasil/. Acesso em: 29 out. 2026.

UNESCO. *Recomendação sobre a ética da inteligência artificial*. Paris: UNESCO, 2021.

ZEMBYLAS, Michalinos. A decolonial approach to AI in higher education teaching and learning: strategies for undoing the ethics of digital neocolonialism. *Learning, Media and Technology*, v. 48, n. 1, p. 25-37, 2023. DOI: 10.1080/17439884.2021.2010094.